



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

Ata da reunião de Sapukai

Ata da reunião ordinária do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) – realizada em Aldeia de Sapukai /Bracuhy – Angra dos Reis/RJ – em 30 de agosto de 2019.

Presentes:

Aldo Fernandes Ribeiro (Aldeia Sapukai), Carmelita Lopes (Movimento de Ressurgência Puri), Vanderlei da Silva (Aldeia Céu Azul), Angela Maria Crescencio (Centro de Referência da Cultura Indígena), Maria Tania Francisca Ribeiro (Aldeia Pataxó de Iriri), Sérgio Ricardo Verde Potiguara (GRUMIM – Rede Grumin de Mulheres Indígenas), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ – Instituto dos Saberes dos Povos Originários Aldeia Jacutinga), Marluce Braz (Secretaria de Estado de Cultura), Ludmila Moreira (ABA), Edmir Amanjás (Secretaria Estadual de Agricultura), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA – Associação Universitária Latino Americana), Carlos Tukano (AIAM – Associação Indígena Aldeia Maracanã), Luana Braz (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), Jade Agualuza (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas), Toni Lotar (Fundação Darcy Ribeiro), Luana Laranja (CRAS Bracuhy), Carina da Silva (CRAS Bracuhy), Amarildo Karay (Aldeia Mata Verde Bonita), Adailton dos Santos (Aldeia Sapukai), Luis Henrique (UNIRIO), Argemiro da Silva (Conselho de Educação do RJ), Índia Bare (DPU), Mariana (Economista e Analista da ONU), Ricardo de Oliveira (ITERJ), Francisco D. (SEAPPA), Cecílio Fernandes (Assessor na Saúde Indígena) e Lucas Xuru (Presidente da Saúde Local RJ).

Ordem do dia:

A reunião começa com o Presidente Carlos Tukano dando boas-vindas a todos e todas presentes, lembra que a reunião está fechando o ciclo em aldeias e que as próximas serão na capital. Agradece aos Aldeados por 100% de participação nas reuniões em todo o ano corrente, e que apesar de toda dificuldade com: transporte, alimentação, hospedagem e etc., não medem esforços para terem presença confirmada. E diz ainda sobre a importância dos convidados nas reuniões, para que saibam de suas responsabilidades e atuações nas aldeias, lembra que o Cacique Domingues está viajando e que o vice-presidente Nino Benite não pôde vir por motivo de doença. O Presidente Carlos Tukano passa a fala para o vice cacique Aldo que representa a Aldeia Sapukai na ausência do Cacique Domingues. Cacique Aldo agradece a todos ali presentes e pede para que sejam feitas todas as falas para depois ele dar sua opinião a respeito. Adailton dos Santos toma fala e diz que o CRAS da região não atende a população local como deveria, critica o procedimento adotado, pois para ser atendido é preciso marcar hora e questiona como o indígena que na maioria das vezes não tem telefone irá fazer esse agendamento. E salienta que parece serem criadas barreiras sempre em relação à população



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

indígena. Luana coordenadora do CRAS pede a fala e dá a sugestão sobre a crítica ao atendimento, lembra que são atendidos no local 4mil famílias e se não conseguirem fazer o agendamento, infelizmente não terá como ninguém ser atendido e tudo virá a ser uma bagunça. Ela sugere ir à aldeia uma vez por mês para fazer o atendimento no local, porém diz ficar inviável subir à aldeia quando o tempo não está bom, pois o carro não sobe na lama, e assim dificulta o acesso com frequência. Luana Braz propõe um encaminhamento que uma vez por mês o carro da SESAI vá buscá-los no CRAS, porém a Aldeia não aceita ideia, pois, o carro da SESAI é destinado para atender emergências de saúde. Toni Lotar sugere que prefeitura pague um taxi para vir à aldeia uma vez por mês. Luana Braz fala sobre encaminhar a demanda a respeito dos protocolos nacionais de atendimento de acordo com a área de Assistência Social, para que possam aplicar e ver a melhor forma de estar indo à Aldeia, e salienta a urgência de um comprometimento da Secretaria. Argemiro da Silva pede fala e diz que a situação da educação se encontra muito precária, diz que não concorda com índio na escola e que deveria ser branco na aldeia. Questiona a ausência da FUNAI que deveria estar atuando e simplesmente não aparece para ajudar a população. Lembra também que depois de 30 anos foi formada a primeira turma de magistério Guarani, a primeira do Rio de Janeiro. Diz estar feliz com a inclusão de novas matérias tornando possível o professor ser bilíngue (português/Guarani). Luana Braz sugere que a mesa diretora se reúna para que juntos possam criar um protocolo e apresentar ao conselho para obter aprovação, que em cada comissão permanente se façam levantamentos das leis, protocolos e planos para se extrair dali o que de imediato pode atender as Aldeias, e diante disso a criação de uma cartilha para distribuir nas aldeias e órgãos relacionados. Para que a partir disto sejam feitas capacitações com os funcionários para que possam estar preparados para agir diante da população indígena. Argemiro da Silva retorna a fala questionando sobre a reforma na estrada. Toni Lotar diz que Araponga tem o mesmo problema de acesso e que foi feita uma reunião com a Prefeitura que gerou comprometimento com os mesmos, e que já foi realizada metade da demanda de Araponga. Ele sugere que pode ser feito um ofício pelo conselho ao Prefeito de Angra dos Reis, solicitando uma reunião para que se faça esse encaminhamento e que aproveite a oportunidade e resolva também a demanda em relação ao CRAS. Argemiro da Silva toma fala lamentando sobre problemas com o ensino médio da Aldeia, diz que o estudo envolve a saúde mental da população e que vê muitas crianças saindo da Aldeia para conseguir se formar fora, pede que a demanda seja dada a devida atenção, e que vagas em escolas tradicionais não adianta, pois, o ensino tem que ser diferenciado. Continua a fala dizendo que depois de 13 anos da escola comunitária, o Estado tomou posse do prédio e que intitulou como escola, porém no seu entendimento escola tem que ter: banheiro, refeitório, secretaria, sala de informática e todos os direitos que tem os brancos, que o Estado precisa contribuir com essa estrutura correta. Mariza Vieira pede a fala e diz que, ao questionar Diretora de escola na última reunião em Rio Pequeno, a mesma respondeu que os alunos finalmente terminaram o



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

9º ano e estavam com diploma, e que, em Paraty Mirim a mesma situação. Ela também questionou a mesma como iriam compensar a falta dos professores de português e matemática que nos últimos dois anos não deram essas matérias. Porém sua resposta a esses questionamentos foi que tudo estava resolvido, em contrapartida ninguém da Aldeia sabe nada a respeito. Completando a fala, ela diz que a Diretora também relatou que havia estado com o deputado e que sobre o ensino médio já iriam começar as aulas, Mariza Vieira sugere que seja feita uma denúncia, porque isso que acontece é racismo institucional, que o Estado é racista com a população indígena em todos os sentidos, assim como: saúde, educação, direito a água potável e saneamento. Reinaldo Cunha pede para fazer um encaminhamento, que a comissão de educação possa oficializar a Secretaria de Educação, que, precisa ser feita uma reunião de mesa diretora e colocar em pauta: contratação de professores, questões pedagógicas e matrículas no ensino médio. Luana Braz lembra para que existam comissões permanentes, que não cabe centralizar esse assunto para uma única pessoa, pois, existem as comissões que são formadas por conselheiros que têm conhecimento técnico específico para tratar de cada temática. Marluce Braz aproveita e fala sobre a comissão temática da mesma, e que já tem data marcada para a próxima reunião de comissão. Anuncia projeto da Secretaria de cultura para aldeados e não aldeados, diz que a secretaria fechou um projeto grande para questões indígenas e que mais dois estão sendo elaborados pela equipe, porém, precisa de recursos para fazer, que estão tentando viabilizar de alguma forma, pois a Secretaria não tem verba e que está fazendo trabalho de captação de recursos. Adianta que o projeto maior se trata de capacitação em área cultural. Edmir Amanjás pede a fala para explicar a diferenciação das Secretarias, diz existir a Economia Criativa que está na Cultura, o artesanato voltado para cadeia do Turismo e a Economia Solidária que está dentro de Desenvolvimento Econômico. Esclarece que são três instâncias, em três Secretarias diferentes e que trabalham questões que podem estar interligadas na realidade do indígena e faz sugestão que o conselho atue também junto a essas três instâncias. Sérgio Ricardo pede a fala para fazer uma colocação que diz ser objetiva, diz que a comissão de cultura pode convidar a Secretaria de Turismo, visto que agora Paraty é patrimônio da humanidade, ressalta quão absurdo são os indígenas nas ruas com crianças, fazendo a exposição da sua venda e arte, enquanto todos sabem que a prefeitura tem posse de imóveis, diz ser uma vergonha para o Rio de Janeiro essa situação. Sérgio Ricardo faz encaminhamento para questão que envolve a comissão de Economia Solidária Trabalho e Renda e as três secretarias que a envolvem; tornar efetivo os projetos; e sobre a comissão de Educação relatar que os jovens irão perder mais um ano letivo e que isso é uma questão muito séria, diz que devemos comunicar a Defensoria Pública do Estado e a Defensoria Pública da União que estamos em setembro e nada aconteceu na educação indígena do Rio de Janeiro. Luana Braz toma fala para informar sobre um processo sobre a Casa do Índio, que fica na Ilha do Governador, diz que foi solicitado através da Juíza um parecer técnico do Conselho (CEDIND), sobre o funcionamento da casa e a manutenção do local. Que isso nada mais é que



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

reconhecimento da existência e da atuação do conselho. Explica que foi pedido a vistoria no dia 13 ou 16 de setembro para emitir um relatório de tudo que foi verificado na Casa a ser entregue a Juíza. Sérgio Ricardo pede a fala e comenta sobre a participação das instituições do conselho, diz achar de grande importância que sejam feitos convites a novas instituições de modo a fortalecer ainda mais o CEDIND. Toni Lotar fala sobre Maricá (Imbassai) que quando foi feita a reunião em fevereiro a comunidade tinha se manifestado pela permanência no local, porém o tempo mudou, os problemas aumentaram e hoje em dia eles estão em uma posição em que se a terra proposta for boa e o projeto for viável, os mesmos desejam verificar para talvez mudar de decisão, no entanto, para isso terá que ser feita reunião extraordinária com a comissão de território para reouvir a comunidade. Amarildo Karay toma fala dizendo que teve reunião com a Maria da Prefeitura de Maricá e a Cacica Jurema e que falaram do projeto de mudança da aldeia, e diz que ficou muito receoso, pois foi imposto que eles só poderiam conhecer o projeto quando estivessem já residindo no local, então em conversa com a Cacica Jurema ficou decidido que iriam pensar bastante, que a própria Maria deixou bem claro que a aldeia não estava recebendo visitas de escolas, turista e etc. Por conta da aldeia ser “bagunçada” e outra coisa, ele reitera, que ela diz que se mudarem aldeia para o novo local a liderança será interna, pois fora da aldeia a Prefeitura vai querer mandar e que o Cacique só poderia resolver quando o problema fosse apenas dentro da sua comunidade. Sérgio Ricardo toma fala lembrando que Maria não tem nenhum poder de decisão, que essa é uma questão do gabinete do prefeito e que o CEDIND tem que se reunir com o Prefeito. Toni Lotar pede fala e diz que Maria foi muito infeliz em sua colocação e que se expressou muito mal. Sérgio Ricardo diz ter uma questão técnica para o conselho; que já existe um estudo do INCRA e da FUNAI de projeto em uma área de 90 Hectares contemplada por uma lagoa, e que estavam buscando uma regularização fluvial e diz ser fundamental que o conselho conheça esse projeto. Sérgio Ricardo pede atenção à fala e diz que a Assembleia Legislativa votou em dezembro uma lei do plano diretor urbano metropolitano, que toda região metropolitana foi analisada com uma consultoria, que o capital imobiliário mapeou toda aquela região metropolitana onde irão colocar empreendimentos e logicamente irão tirar os indígenas. Que nós como conselho temos que vistoriar a área e verificar se é apropriada para essa futura expansão, diz ser fundamental que essa decisão seja tomada pela comunidade, inclusive com base nos documentos que já existem. Amarildo Karay retoma sua fala dizendo que tiveram a visita do Prefeito na Aldeia onde o mesmo fez a pergunta à comunidade: “por qual motivo vocês querem sair daqui?” E então a comunidade chegou à conclusão de ficar na aldeia e que após essa decisão já estão construindo a casa de reza novamente. Luana Braz lembra que segunda-feira irá fazer contato com a Cacica Jurema para ver qual a melhor data para ir em sua aldeia fazer reunião e que seja o mais rápido possível. Continua a fala com a pauta sobre o apoio do conselho a respeito do restauro do prédio do antigo museu do índio, que foi uma pauta levantada pela Marise Vieira. Toni Lotar lembra que o conselho foi criado e pensado em



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

2006, nas origens do Movimento Tamoios dos Povos Originários e que não existia a Aldeia Maracanã, a ideia da ocupação foi feita em 2006, e era que o Estado do Rio de Janeiro se comprometesse com a criação desse Conselho e assim foi feito, para que a partir disto, o conselho viesse a monitorar o funcionamento do Centro de Referência Indígena e atuar como órgão consultivo do Estado na formulação de políticas de defesa e promoção de direitos humanos. Portanto, a partir desse compromisso é reiterado o pedido para que CEDIND passe a colocar nas suas pautas de discussão esse tema importante. Cacique Tukano encerra a reunião lembrando que no dia 03 a 06 de outubro acontece o Encontro da Inter religiosidade do Rio de Janeiro e pede que se possível todos façam presença no evento.

Eu, Jade Almeida Agualuza ID: 5101290-1, lavro a presente ATA com a Outorga de todos.